



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL**

**CAMPUS MACEIÓ**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**ELOISA LEMOS PESSOA**

**DESIGN NA PRÁTICA: ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA  
PROFISSIONAL NO CURSO TECNOLÓGICO EM DESIGN DE INTERIORES DO  
IFAL.**

**MACEIÓ, AL**

**2023**

ELOISA LEMOS PESSOA

DESIGN NA PRÁTICA: ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA  
PROFISSIONAL NO CURSO TECNOLÓGICO EM DESIGN DE INTERIORES DO  
IFAL.

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional, do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional.

Orientador: Prof. Me. Fábio Marques Bezerra

MACEIÓ, AL

2023



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação**  
**Instituto Federal de Alagoas**  
*Campus Maceió*  
*Biblioteca Benevides Monte*

---

371.1

P475d

Pessoa, Eloisa Lemos.

Design na prática : atividade de extensão como prática profissional no Curso Tecnológico em Design de Interiores do IFAL / Eloisa Lemos Pessoa. - Maceió, 2023. 19 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Fábio Marques Bezerra.

Trabalho de Conclusão de Curso - Artigo (Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Alagoas, EAD/UAB, Polo Maceió. Maceió, 2023.

Arquivo no formato digital em PDF do trabalho acadêmico.

1. Atividade de extensão. 2. Prática profissional. 3. Design de Interiores. I. Título.

ELOISA LEMOS PESSOA

DESIGN NA PRÁTICA: ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA  
PROFISSIONAL NO CURSO TECNOLÓGICO EM DESIGN DE INTERIORES DO  
IFAL.

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional, do Instituto Federal de Alagoas, Campus Maceió, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Profissional.

Orientador: Prof. Me. Fábio Marques Bezerra

Aprovado em: 21/10/ 2023

Documento assinado digitalmente



**FABIO MARQUES BEZERRA**

Data: 04/11/2023 08:40:30-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**AVALIADORAS:**

Documento assinado digitalmente



**IOLITA MARQUES DE LIRA**

Data: 02/11/2023 19:53:52-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Mestre Iolita Marques de Lira  
Instituto Federal de Alagoas

---

Prof. Mestre Taysa Kawanny Ferreira Santos  
Instituto Federal de Alagoas

# DESIGN NA PRÁTICA: ATIVIDADE DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA PROFISSIONAL NO CURSO TECNOLÓGICO EM DESIGN DE INTERIORES DO IFAL.

Eloisa Lemos Pessoa<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma proposta de atividade de extensão, considerando como base uma disciplina do curso tecnológico em Design de Interiores, do Instituto Federal de Alagoas, com o intuito de possibilitar que os alunos experenciem a prática profissional, ampliem e solidifiquem os conhecimentos técnicos, enquanto contribuem para a redução de demandas sociais locais. Para isso, proponho conhecer como a atividade extensionista é desenvolvida no Brasil e qual a sua legalidade; faço uma breve análise sobre a cidade de Maceió, tendo como objetivo mostrar seu perfil socioeconômico e os possíveis públicos atendidos com a atividade de extensão; em seguida, apresento o curso de Design de Interiores do Instituto Federal de Alagoas, sua estrutura e objetivos, para contextualizar o ambiente para o qual a proposta foi desenvolvida; por fim, apresento um ensaio de atividade que atenda as necessidades dos alunos, do público-alvo e da instituição. Para o desenvolvimento de todas as etapas deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas online em busca de artigos, periódicos ou livros que discorressem sobre o tema.

**Palavras-chave:** atividade de extensão; prática profissional; design de interiores.

---

<sup>1</sup> Mestra em Antropologia Social (ICS/UFAL, 2020), graduada em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFAL, 2016), Tecnóloga em Design de Interiores (IFAL, 2021). Email:eloisa.lemos@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A proposta aqui apresentada tem como tema geral atividades extensionistas e visa a colaboração na formação dos alunos, além do enriquecimento do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, do Instituto Federal de Alagoas, campus Maceió.

O objetivo principal é sugerir uma atividade de extensão para o Curso, possibilitando aos discentes o convívio com situações do cotidiano profissional, fortalecendo seu processo de formação profissional. Para isso, escolhi a componente curricular *Gerenciamento de Obras*, que compõe a matriz atual do curso, compondo um dos períodos finais, além de ter um perfil mais prático; estipulo um público-alvo e esboço uma atividade que atenda às necessidades previamente identificadas.

A inspiração para seu desenvolvimento surge ao longo da minha formação enquanto Designer de interiores, pelo Instituto Federal de Alagoas, sendo essa a minha segunda formação acadêmica, o que me possibilitou olhar minha trajetória no Ifal com mais maturidade e discernimento. Parte da minha formação foi em uma turma do período noturno e, com o avançar dos semestres, ficou cada vez mais comum ouvir relatos de colegas com dificuldade para estagiar ou possuir horários disponíveis para desenvolver o estágio obrigatório (uma vez que boa parte da turma possuía *jornada dupla*, trabalhando durante o dia e estudando a noite).

Essa situação retorna com um outro olhar quando, longo da Especialização em Docência na Educação Profissional, também do Instituto, despertei para a importância da prática profissional na formação técnica e social dos alunos. Nesse instante tomei ciência da lacuna criada na formação do profissional sem a interação com outros agentes e a aplicabilidade do que foi ensinado. Uma solução legal encontrada para preencher esse espaço são as atividades extensionistas.

Buscando uma formação ampla e multilateral, o Regimento Geral do Instituto Federal de Alagoas tem como um dos seus objetivos desenvolver “atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (Ifal, 2013 p.5). Desta maneira, o currículo do ensino é concebido buscando que o estudante compreenda o que se passa no mundo, as formas de agir e atuar nele, sendo as práticas extensionistas uma maneira de impactar com a formação do estudante, colaborando com a sua formação humana e profissional, gerando um impacto social e traduzindo a responsabilidade social do Instituto (Ifal, 2019).

O Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifal, define que a extensão será desenvolvida por meio de ações de extensão social e de extensão tecnológica, priorizando o envolvimento da comunidade acadêmica com a comunidade externa, viabilizando a troca de saberes, permitindo que o conhecimento científico e tecnológico produzido na instituição beneficie as comunidades atendidas. A extensão é regida pelo compromisso com a transformação social, atendendo às demandas sociais, agindo junto à comunidade e visando a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável (Ifal, 2005).

Entretanto, como bem alerta Arienti (2023), “há uma distância entre a intenção e o gesto, entre o imaginário e o concreto, entre a proposição legal e efetiva implementação” (Arienti, 2023, p.169). O caminho para obtermos atividades extensionistas condizentes com as suas diretrizes demanda tempo, esforço e participação da comunidade acadêmica e externa, para que a curricularização da extensão não se torne apenas um cumprimento legal.

Dessa maneira, a atividade aqui proposta busca contribuir, por meio de práticas extensionistas, com a redução da lacuna existente entre o estágio obrigatório proposto na instituição e a realidade dos alunos, auxiliando no aumento da oferta de atividades, garantindo o aporte pedagógico das atividades de extensão, a comunicação e a troca de saberes com a comunidade, fortalecendo a formação acadêmica, profissional e cidadã.

### 1.1. MÉTODOS DE PESQUISA

Os métodos adotados para o desenvolvimento deste trabalho, seguem uma abordagem qualitativa com finalidade exploratória que visa o planejamento de uma atividade a partir da identificação de demandas reais.

Segundo Godoy (1991), um estudo de caráter qualitativo possui como característica básica a compreensão de um fenômeno por meio do contexto em que ele acontece, analisando-o a partir de uma perspectiva integrada. Dessa maneira, adoto como primeiro recurso a pesquisa bibliográfica por termos que compõem a área de interesse, além da pesquisa e análise documental, por meio de documentos normativos do Instituto Federal de Alagoas.

As pesquisas foram realizadas de maneira virtual, realizadas com o auxílio de sites especializados em pesquisas acadêmicas (como Periódicos Capes e Google Acadêmico), buscando por termos como atividade de extensão, design de interiores e curricularização. Somado a isso, retomei a leitura das referências bibliográficas da disciplina de *Pesquisa e Extensão tecnológicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, do curso de Especialização em Docência na Educação Profissional. Por fim, recorri ao *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores*, campus Maceió, e demais documentos normativos do Instituto Federal de Alagoas.

O material resultante desta pesquisa contribuiu com a compreensão da atividade extensionista no Brasil, suas potencialidades e possibilidades, as diretrizes e visão da extensão no Instituto Federal de Alagoas, bem como um panorama das atividades que estão sendo desenvolvidas e como elas podem ser utilizadas como prática profissional.

A etapa seguinte foi conhecer sobre o *Programa Minha Casa, Minha Vida* e os públicos atendidos em cada faixa, criando um perfil do público-alvo a ser atendido e o modelo base das edificações a serem trabalhadas na proposta.

Por fim, analisei o Projeto Pedagógico do Curso Tecnológico em Design de Interiores do Instituto, buscando identificar na matriz curricular e na construção da componente, as possibilidades de atuação na área extensionista. A análise desses dados, por meio de uma perspectiva teórico-metodológica contribui com o planejamento para a atividade proposta.

Considerando essas etapas e os métodos adotados, o trabalho se estrutura em tópicos que visa refletir sobre a importância da prática profissional na formação profissional, apresentar o curso tecnológico em Design de Interiores do Instituto, sugerir o público que poderia ser atendido com a extensão proposta e, por fim, a proposta desenvolvida.

## **2. ATIVIDADE DE EXTENSÃO E A FORMAÇÃO DO DISCENTE**

A atenção sobre a *indissociabilidade* entre ensino, pesquisa e extensão é recente no Brasil e traz consigo a luta de muitos discentes brasileiros e de grupos da sociedade civil organizada que almejavam um ensino com mais possibilidade de interação social, vinculando o viver e o conhecer (Dalmolin; Vieira, 2015). Ainda segundo os autores, esta indissociabilidade levanta duas questões centrais: a superação da fragmentação do conhecimento e o desenvolvimento de uma educação mais comprometida com seu contexto social.

Segundo a resolução que regulamenta as Diretrizes para a Educação Superior Brasileira<sup>2</sup>, as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação devem considerar os vínculos com a formação dos estudantes e o perfil do egresso, sendo a extensão uma ação que se integra à matriz curricular e à organização de pesquisa, constituindo-se enquanto processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação entre a sociedade e a comunidade acadêmica. São consideradas atividades de extensão as intervenções vinculadas à formação discente, que englobam a comunidade externa e a instituição de ensino, por meio das seguintes modalidades: programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviço (Brasil, 2018).

Flores e Mello (2020) afirmam sobre a importância das práticas extensionistas como mecanismo de vínculo entre a sociedade e as instituições de ensino, contribuindo para a construção do conhecimento. As autoras destacam importância dessas atividades na formação do discente na construção da sua autonomia, autodesenvolvimento, resolução de problemas e olhar crítico ao contexto em que estão inseridos, colocando o aluno como protagonista da sua formação e aprendizagem.

Um exemplo de como a prática extensionista contribui na formação de profissionais mais autônomos e reflexivos é o *Experimenta Design*, evento desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), que visa fornecer aos discentes ferramentas que consolidam o conhecimento adquirido em sala de aula e estimulam o pensamento reflexivo por meio da vivência prática (Souto; Macedo; Diniz; Vieira; Silva, 2015). Tal vivência se inicia com a elaboração do evento, onde os participantes foram responsáveis pelo

---

<sup>2</sup> Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018.

desenvolvimento de logotipo e toda comunicação visual do evento, além da definição de palestras e oficinas de diversas áreas do design no âmbito educacional, profissional e social. O evento contou com palestrantes renomados, oficinas, premiações, desfiles e ações de integração e intervenções em abrigos de idosos, sendo definido pela equipe que o compõe como um *laboratório vivencial*, que permite que os alunos passem por situações que exige tomada de decisão rápida, experienciem nuances da profissão, além de refletir sobre suas atribuições.

Diante dessa vivência prática que a extensão proporciona, Hinoue, Souza e Braga (2022), alertam para a possibilidade da extensão ser equiparada ao estágio supervisionado, uma vez que ambos convergem para o intuito de aliar a prática à teoria. Segundo as autoras, o estágio pode ser compreendido como mais um campo de aprendizagem do aluno, não se restringindo a uma mera preparação para a prática profissional, mas sim como um espaço para a reflexão, apropriação de normas que dão suporte à atuação profissional e o entendimento de suas competências.

Essa possibilidade levantada pelas autoras está prevista na Lei Federal 11788, de 2008, que define estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho que visa a preparação o trabalho, almejando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, desenvolvendo o aluno para a vida cidadã e do trabalho, podendo ter atividades de extensão, monitorias e atividades de iniciação científica equiparadas ao estágio, desde que previsto no Plano Pedagógico do Curso.

Diante disso, percebe-se que a prática extensionista pode ser compreendida como um instrumento para a criação de vínculos entre os institutos formadores de conhecimento técnico e científico e a comunidade externa com os seus *saberes fazer* e todo o conhecimento proveniente do convívio e da prática humana, contribuindo com a formação de um profissional reflexivo social e tecnicamente, que não só se molda as demandas de mercado, mas que se entende como indivíduo, considerando o meio o qual está incluso e a posição de sua profissão nesse ambiente. Portanto, diante dessas amplas possibilidades de contribuição, a extensão pode vir a ser legalmente e cotidianamente equiparada como estágio supervisionado.

Entretanto, apesar de compor o tripé acadêmico e estar previsto na legislação vigente, Dalmolin e Vieira (2015) alertam para a restrição da prática extensionista a um grupo de professores e alunos. Por isso, a *curricularização* da extensão necessita ser discutida e problematizada, a extensão precisa estar presente nos currículos, respeitando as singularidades de cada curso e os contextos em que estão inseridos (Dalmolin; Vieira, 2015).

### **3. O TECNÓLOGO EM DESIGN DE INTERIORES DO IFAL**

O Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, do Instituto Federal de Alagoas, é ofertado no campus Maceió, tem duração de três anos e seu principal objetivo é formar um tecnólogo em design de interior apto a projetar, especificar materiais, apresentar projetos graficamente e acompanhar a execução dos projetos (Ifal I. F., 2005).

A pesquisa de demanda, realizada pelo SEBRAE, em 2004, que subsidiou a implementação do Curso, conclui que existe uma tendência de abertura para a inovação e sinaliza um amplo campo de atuação para os profissionais da área de design, especificamente, para os setores produtivos mais expressivos do Estado. Entretanto, essa demanda manifesta-se de forma ainda incipiente, necessitando de um trabalho prévio de conscientização e amadurecimento dos empresários para uma melhor utilização e inserção no mercado de trabalho desses profissionais. (Ifal I. F., 2005)

Somado a essa demanda de mercado identificada pela pesquisa citada, até o presente momento o Curso é o único em Alagoas que habilita profissionais especificamente em Design de Interiores, na modalidade presencial. Ao pesquisar “Curso de Design de Interiores- Maceió” na plataforma de pesquisa *Google*, é possível identificar que existem na cidade faculdades particulares e públicas como o Cesmac (Centro de Estudos Superiores de Maceió) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que ofertam bacharelados em Design e que contemplam em seus currículos, entre outras áreas, grades voltadas ao Design de Interiores. Entretanto, apesar da quantidade de disciplinas na área variar de acordo com cada instituição, o foco dessas formações não é unicamente para a especialidade em questão.

Diante dessa possibilidade única de diplomar profissionais especializados na área de interiores, a comissão estipulou que as competências esperadas por um egresso é que ele domine as normas técnicas de representação de desenho e métodos construtivos de perspectivas de interiores; seja capaz de realizar estudos, relatórios e pesquisas de acordo com a especificidade do projeto, para elaboração de programas de necessidades; apto a projetar ocupação, mobiliário e fluxos do espaço interior, além de especificar materiais, mobiliário e objetos componentes do espaço projetado; fazer uso de programas vetoriais 2D, 3D e de manipulação de imagens; auxiliar na execução de projetos de interiores, bem como no projeto e montagem de cenários, estandes e eventos; compreender, analisar e discutir os projetos complementares ao projeto de interiores com os profissionais especialistas; conceituar e analisar criticamente projetos segundo fundamentos teóricos de projetos e história da arte, reconhecendo o valor do patrimônio cultural e histórico; planejar negócios ligados ao design de interiores; atuar na área de vendas de projetos, revestimentos ou mobiliário; e exercer todas essas atividades com ética e responsabilidade social (Ifal I.F., 2005, p.42).

Visando atender esses objetivos, a matriz curricular do curso apresenta componentes técnicos como desenho, detalhe, ergonomia, representação de projeto em 2D e 3D, integradas com disciplinas de cunho social e filosófico, como ateliê de psicologia, sociologia, filosofia e antropologia, além de ética e legislação profissional, contribuindo com a formação profissional e humana dos alunos. Entretanto, o Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado no ano de 2005 e não conta com a *curricularização* da extensão, que consiste na inclusão de atividades extensionistas na forma de componentes curriculares dos cursos superiores, prevendo a obrigatoriedade de dez por cento (10%) do total dos créditos curriculares exigidas pelo Ministério da Educação, em 2018, e tem até 2024 para a efetivação dessa determinação.

Nos últimos anos, o Instituto vem desenvolvendo estudos, debates e ações sobre a curricularização da extensão, a formação integral e a indissociabilidade com

pesquisa e ensino, representados por meio da comissão sistêmica com representantes das três esferas (ensino, pesquisa e extensão), juntamente com pós-graduação e inovação (Oliveira, 2023). Em diálogo com a Professora Lolita Marques, integrante da comissão para reformulação do Projeto Pedagógico do Curso, a equipe está nos ajustes finais para aprovação do Projeto que já consta com a carga horária obrigatória para prática extensionista.

Gadotti (2017), remonta a história da educação superior no Brasil e as diretrizes destinadas à atividade extensionista para nos lembrar que a curricularização da extensão existe no Brasil e está baseada na troca de saberes, saber acadêmico e saber popular, objetivando superar a visão assistencialista. O autor defende que a exigência legal da extensão no currículo, estabelecida na Resolução de 2018, é benéfica, uma vez que a extensão “não pode ser entendida como um apêndice, de forma isolada, entre as funções da universidade. Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos” (Gadotti, 2017.p 8-9)

Devido a essa exigência curricular ser recente, muitos cursos, assim como o currículo do Curso aqui em questão, ainda não contam com a extensão como atividade obrigatória, enfrentando dificuldade para a sua implementação. Hinoue, Souza e Braga (2022), destacam a dificuldade em inserir a extensão na grade curricular, por eles se configurarem como círculos difíceis de serem abertos. Arienti (2023) alerta para o fato de que entre a curricularização da extensão proposta no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a efetiva implementação existe uma longa trajetória, uma vez que a extensão, em muitos cursos, eram atividades opcionais e, conseqüentemente, havia uma oferta reduzida o que causa uma lacuna entre essa realidade e a massificação proposta na lei. Dessa maneira, o autor indica a necessidade de uma releitura das atividades, tornando-as mais atrativas e condizentes com a realidade, uma vez que apenas o estabelecimento legal não garante o seu caráter pedagógico.

Apesar de não contar com a obrigatoriedade da extensão, como identificado anteriormente, o Curso de Design de Interiores do Ifal conta com algumas práticas integradoras como disciplinas eixo representadas pelos *ateliês* e o Projeto *Olhar ‘di’ ver cidade*, dentre outras atividades extensionistas pontuais. Os trabalhos semestrais do curso são compostos por bancas que unem em um só volume, as atividades avaliativas de todas as disciplinas, que dentro da sua esfera, contribuem para a elaboração do projeto correspondente ao ateliê em questão. Por exemplo, a disciplina eixo integrador do primeiro semestre é o “Atelier de Plástica”, o trabalho final desse período contará com atividades que contemplam as outras disciplinas como desenho arquitetônico, geométrico e de observação, para representar o projeto desenvolvido, história do design para subsidiar as referências históricas utilizadas no seu desenvolvimento, somado ao conteúdo do atelier e as influências da cidade visitada pelo *Olhar ‘di’ ver cidade*.

O *Olhar ‘di’ ver cidade* é um projeto transversal que acompanha toda a formação dos discentes do curso tecnológico em design de interiores e o curso técnico em artesanato do Instituto e que possui papel fundamental na elaboração dos trabalhos semestrais de ambos os cursos. O Projeto foi implantado em 2013 e organiza visitas a cidades alagoanas propondo uma “alfabetização cultural dos alunos,

construindo uma visão crítica sobre o Estado, sua história e cultura (Aguiar; Barros; Marques; Maia, 2016). As visitas são organizadas pelos docentes, cada semestre em uma cidade diferente, e fornecem subsídios teóricos, práticos e estéticos para o desenvolvimento dos trabalhos produzidos pelas turmas de Design de Interiores e de Artesanato.

Essas atividades permitem visualizar que o curso foi instituído com uma visão integradora, compreendendo as disciplinas como peças que se completam, com projetos que valorizam a cultura local, contribuindo para a formação de um profissional crítico compartilhando as diretrizes que estruturam as atividades extensionistas no Brasil. Gadotti (2017), afirma que o currículo organizado por eixos e fundamentado em uma teoria curricular crítica está apropriado para extensão. Arienti (2023) identifica a expansão das atividades extensionistas como uma maneira das instituições se engajarem socialmente, exercendo aquilo que Hinoue, Souza e Braga (2022) definem como sua *função social*: “quando se fala em função social das universidades, faz-se referência ao seu valor social na sociedade, ou seja, fala-se em qual é sua entrega e contrapartida em prol do desenvolvimento local” (Hinoue; Souza; Braga, 2022, p.84).

Buscando contribuir com a oferta das atividades extensionistas do Curso e facilitar a “trajetória do abstrato para o concreto”, iniciei examinando em que pontos o conhecimento técnico o Designer de interiores poderia contribuir na comunidade e despertei para as reformas e construções sem aporte profissional.

#### **4. A DEMANDA SOCIAL**

Uma das diretrizes para o desenvolvimento de atividades extensionistas no Ifal é que ela atenda a população em situação de risco, colaborando com a diminuição das desigualdades sociais, gerando oportunidade de melhoria da qualidade de vida. (Ifal I. F., 2005)

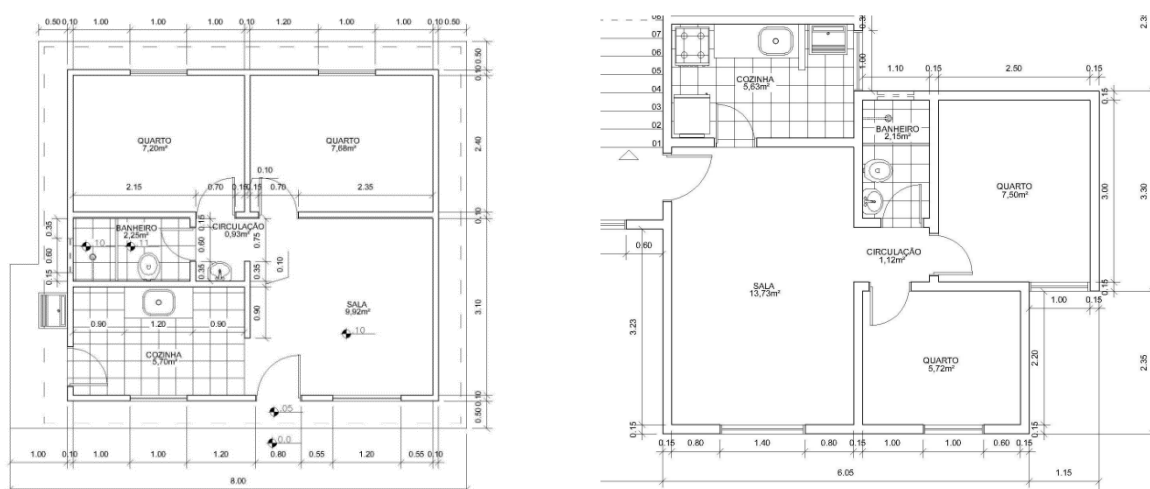
Como salientado no tópico anterior, as atividades extensionistas podem ser compreendidas como uma ferramenta para que as instituições cumpram seu papel social, impactando de maneira positiva a comunidade local. Considerando o perfil socioeconômico do Estado e de sua capital, percebemos que há muitas maneiras de contribuir na melhoria da qualidade de vida da parcela da população mais carente.

Segundo o IBGE, em 2020 o Estado de Alagoas registrou o segundo pior rendimento domiciliar per capita do Brasil, sendo R\$796 o valor por cada membro da família (a média brasileira é de R\$1380) e o salário médio dos trabalhadores formais é de 2,7 salários-mínimos, sendo que 27% da população está ocupada (IBGE, 2023). Essa demanda social é um dos fatores que possibilitou que Maceió recebesse diversos condomínios do Programa do governo Federal, Minha casa, Minha vida.

Melo e Lins (2016) fazem um aporte sobre a ação do Programa no Estado que, lançado em 2009, foi apresentado como o principal programa de acesso a moradia digna, tendo como objetivo principal melhorar o acesso a moradias para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, reduzindo o déficit habitacional. Segundo os dados levantados pelas autoras, até 2015, Maceió recebeu 9 empreendimentos da Faixa 01 (famílias com renda mensal de até R\$1800,00, com subsídio de até 90%, pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros),

concebidos em parceria com a Prefeitura ou Governo do Estado, resultando em 12.155 unidades habitacionais (Melo; Lins, 2016).

Assis Júnior (2014), faz uma caracterização das unidades destinadas à faixa 01 podem ser dispostas em apartamentos ou casas térreas, que atendam a especificações do e custos pré-definidos pelo programa, dentre eles são: a) *casas térreas*: com área total mínima de 35m<sup>2</sup> deve ter área interna de 32m<sup>2</sup>, com sala, cozinha banheiro, dois quartos e área externa com tanque; cobertura em telha cerâmica e forro em PVC, madeira ou laje; vagas de estacionamento a serem definidas em legislação local; passeio externo de no mínimo 50cm; b) *apartamentos*: área mínima (privativa e comum) de 47m<sup>2</sup>, sendo a área interna de 32m<sup>2</sup>, com sala, cozinha, dois quartos e área de serviço; cobertura em fibrocimento, forro em PVC, madeira ou laje; passeio mínimo externo de 50cm (Assis Júnior, 2014).



**Figura 1-** Exemplo de tipologia de casa térrea e apartamento (respectivamente), baseado na Cartilha de Especificações do PMCMV 2011. Fonte: Assis Júnior, 2014

Além das questões urbanas advindas da implementação desses condomínios, especialmente daqueles voltados a famílias da faixa 01, (parte desses condomínios foram instalados nas franjas da malha urbana, gerando o espraiamento da cidade, as regiões contam com pouco acesso a infraestrutura viária, de saúde e educação, por exemplo), Melo e Lins (2016) lembram que, ponto de vista arquitetônico, além das plantas reduzidas e da produção em escala, os projetos não apresentam flexibilidade para se adequar às diferentes composições familiares. Em consequência dessa modulação padrão das habitações que não se adequa as necessidades do usuário e o custo de serviços de profissionais como designers e arquitetos, muitos dos usuários se arriscam em reformas sem o acompanhamento técnico adequado.

Essa dificuldade em acessar profissionais técnicos é demanda reconhecida pelo poder público. A Lei 11888 de 2008, conhecida como *Lei da Assistência Técnica*, assegura o direito das famílias com renda mensal de até três salários mínimos à assistência técnica pública e gratuita, de modo a assegurar o direito a moradia, otimizando e qualificando espaços; formalizando processos de edificação e reforma; evitando a ocupação em áreas de risco; e proporcionando qualidade a ocupação (Brasil, 2008). Entretanto, mais uma vez, nos encontramos diante de um abismo entre o que é previsto em lei e a realidade local.

Uma maneira de contribuir com a assistência técnica é a fazer com que essa demanda social seja atendida por profissionais em formação, o que impactaria positivamente não só a vida da comunidade, como a dos próprios alunos, uma vez que o diálogo, a troca e o exercício do conteúdo que foi adquirido possibilitando que a aprendizagem aconteça de maneira eficaz, crítica e reflexiva.

Gadotti (2017) relembra que a produção de conhecimento deve ser capaz de melhorar a condição de vida da população, sendo a extensão não apenas uma prestação de serviços, mas uma possibilidade de aprendizagem mais criativa e atraente, que contribui com a formação de profissionais cidadãos. Segundo Dalmolin e Vieira (2015), a inserção da extensão na vida acadêmica dos alunos possibilita a formação autêntica, plural e democrática. Para ser efetiva, extensão precisa ser em conjunto com a comunidade, em um diálogo bidirecional, para atender as demandas e gerar conhecimento para os estudantes (Arienti, 2023).

Tendo como base todo o conteúdo discutido ao longo deste trabalho, a etapa seguinte e conseqüente é a elaboração de uma atividade de extensão para o Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, do Instituto Federal de Alagoas, campus Maceió, que contribua com a sua curricularização, com a ampliação da demanda e atenta para não cair no assistencialismo.

## **5. A PROPOSTA**

Considerando a característica do Curso de priorizar práticas integradoras, a primeira ação para desenvolver o ensaio aqui apresentado foi avaliar as disciplinas que compõem a grade curricular e escolher uma disciplina que possibilitasse a prática profissional. A disciplina escolhida foi *Gerenciamento de Obras*.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso, a disciplina tem como objetivos “Analisar tecnicamente o espaço existente e as intervenções possíveis; conscientizar para a necessidade da contratação de profissionais habilitados e especializados no apoio à intervenção; conhecer as práticas do gerenciamento de uma obra de interiores: técnicas e procedimentos de execução, cronograma, compras e cálculos dos materiais.” (Ifal I. F., 2005). Ela está prevista para no penúltimo semestre e dedica-se a aproximar o aluno da sua prática profissional com produtos específicos da fase executiva dos projetos. Assim como nas demais disciplinas do curso, é como os alunos desenvolverem seus projetos para clientes e demandas fictícias, neste caso em especial, simulando orçamento, etapas de obra, especificação de materiais, entre outras atividades.

Ao trazer a disciplina para o mundo fictício, saindo da simulação de sala de aula, essa seria a oportunidade dos alunos experenciar a execução de um projeto, com todos os diálogos, imprevistos e ajustes necessários para sua execução. Para isso, levando em consideração a demanda social aqui identificada, os alunos atenderiam um público pré-selecionado; desenvolveriam projetos que satisfaçam suas necessidades, executando todas as etapas projetuais e demais conteúdos adquiridos nos semestres anteriores; para, no fim, acompanhar sua execução que pode vir a ocorrer por meio de mutirões.

Essa configuração da atividade permite que os discentes experimentem parte do cotidiano de um designer de interiores e possibilitar pessoas de baixa renda acesso a um profissional cujo serviço ainda hoje não é economicamente acessível. Por outro lado, os alunos teriam a possibilidade de exercitar parte do conteúdo adquirido em sala de aula; trocar conhecimento e compreender como certas técnicas de construção acontecem *in loco*, ao participar de mutirões ou acompanhar a execução do projeto; além de praticar sua profissão sob supervisão dos professores, o que permitiria que a atividade também fosse utilizada como estágio obrigatório.

Para a sua realização, seriam necessários alguns recursos didáticos como normas de ABNT's, normas técnicas e diretrizes para reforma de ambientes, que contribuam para o desenvolvimento técnico do projeto e que estejam disponíveis de forma gratuitas e sites institucionais; catálogos de materiais, revestimentos e afins que alimentem o repertório de possibilidades do aluno, este acervo pode ser acessado na materioteca do Curso ou por meio de parceria com representantes e lojas especializadas; teorias metodológicas de projeto, adquiridas ao longo do curso ou novas teorias que se aproximem da realidade da atividade; equipamentos e instrumentos para o levantamento, representação e apresentação técnica do projeto, como trenas, papéis, materiais de desenhos, softwares, maquetes físicas e virtuais, cujos alunos já possuam domínio ou queiram se aperfeiçoar.

Antes que a atividade aconteça dentro da sala de aula, há etapas a serem cumpridas previamente, a primeira delas a definição do público atendido, fazendo-se necessário abrir uma chamada pública para a inscrição de indivíduos que se encaixem dentro dos parâmetros sociais e com disponibilidade para participar de encontros presenciais com os alunos para a construção da proposta; em seguida, as demandas dos clientes seriam pré-selecionadas, filtrando aquelas que se encaixam com os conhecimentos técnicos dos alunos. Para que a atividade seja democrática e participativa, é essencial a participação dos alunos neste percurso, pois como afirma Arienti (2023), a implementação de uma atividade pode ser feita em conjunto com professores, estudantes, servidores e membros da comunidade, podendo ser reformulada ao longo do tempo, com contribuições e diálogos de todos os participantes.

Definido o público e as demandas, a fase seguinte é dividir os alunos em grupos e cada grupo será responsável por um ambiente do cliente, ficando encarregado por desenvolver o briefing, o projeto, apresentar a proposta ao cliente, desenvolver os cadernos técnicos e especificações e simular orçamento, utilizando todo o conhecimento adquirido nos semestres e disciplinas cursadas. Essa a fase será acompanhada pelos professores por meio de assessoramentos dos projetos, recurso já utilizado ao longo do Curso e conhecido por docentes e discentes. Por fim, o projeto é apresentado aos clientes e colegas de turma, podendo ser explanado quais as soluções encontradas, os recursos utilizados e demais informações do projeto, exercitando uma das atividades mais comuns no cotidiano do profissional que é apresentar seus projetos e traduzindo questões técnicas em soluções e qualidade ambiental. Para que a troca de conhecimento seja contínua e efetiva, o ideal é que a etapa final da extensão seja o desenvolvimento de mutirões para a execução de alguns projetos, possibilitando que os alunos acompanhem essa fase, as intercorrências, os ajustes, o que é viável ou não e qual a diferença entre o pensado e o que é concretizado.

A avaliação dos estudantes, a proposta é que seja levado em consideração a participação do aluno, se o projeto desenvolvido atende às demandas pré-estabelecidas e a evolução da atividade ao longo do seu desenvolvimento. Considerando que mais importante do que os objetivos alcançados, o aprendizado e a complementação da formação do estudante é o critério mais importante na avaliação de uma atividade extensionista (Arienti, 2023).

Espera-se com a atividade de extensão, que o aluno tenha a possibilidade de vivenciar parte da profissão ao mesmo tempo em que seu projeto impacta positivamente a comunidade, contribuindo para a desmistificação de que o designer é um profissional voltado a população mais abastada.

O quadro a seguir apresenta de forma resumida, com os recursos necessários para a execução de cada etapa.

## RESUMO DA ATIVIDADE

<b>MATERIAL DIDÁTICO</b>	ABNT's e Normas Técnicas	Disponibilizadas de forma gratuita em PDF ou sites institucionais;
	Catálogo de materiais, cores e revestimentos	Acervo da materioteca do Curso e catálogo disponibilizados por representantes ou lojas especializadas;
	Teorias metodológicas de projeto	Referências bibliográficas;
<b>EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS</b>	Instrumentos técnicos para medição e desenho	Trenas, lapiseiras, papéis, canetas e demais instrumentos que auxiliem no levantamento e representação gráfica;
	Computador, softwares e demais instrumentos para desenho, modelagem e apresentação	Softwares gratuitos ou com versão para estudantes; Laboratório de informática ou computadores pessoais; Pranchetas, materiais para elaboração de maquetes;
<b>DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE</b>	Definição dos clientes	Inscrição e seleção dos participantes, seguindo os critérios pré-estabelecidos;
	Organização da atividade	Definir ambientes e projetos compatíveis com o conhecimento técnico dos alunos;
	Preparação dos alunos	Separar os alunos em grupos, revisar os pontos técnicos e metodológicos para a elaboração do projeto;
	Assessoramento dos projetos	Acompanhamento do desenvolvimento do projeto e orientação por parte dos professores;
	Apresentação	Apresentação das propostas aos clientes e colegas de turma
<b>AVALIAÇÃO</b>	Participação e atendimento das demandas	Mensurar a participação do aluno nas etapas para o desenvolvimento do projeto, dedicação em atender as demandas do cliente, a evolução da proposta e do aprendizado.
<b>RESULTADOS</b>	Prática profissional e impacto positivo na comunidade	

## 6. CONCLUSÃO

O ensaio aqui proposto inicia com o objetivo de atender demandas percebidas enquanto aluna do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, do Instituto Federal de Alagoas. Entretanto, pelo caminho, essa fagulha foi iluminando memórias afetivas e ideológicas, (re)descobrimos caminhos que transformaram o que seria mais uma etapa burocrática e obrigatória para o recebimento de um diploma, em pequenas reflexões pessoais que culminam na possibilidade de retribuir ao Curso um pouco do tanto que recebi.

Compreender que o currículo é um instrumento vivo e mutável, capaz de refletir o meio em que está inserido e contribuir com a formação de indivíduos para além do mercado de trabalho é o mesmo que entender o que o ofício de boa parte das mulheres da minha família exerce/exercia é também um ato político. Assim como minha mãe me ensinou que alfabetizar não é só juntar palavras, formar um profissional é compreender o seu sentido, as nuances, os contextos e possibilidades do que seria apenas uma ação mecânica.

Ao optar por propor uma atividade extensionista, instrumento que legitima a vertente de que o aprendizado acontece na prática, com diálogo, trocas e convivência, inconscientemente eu legitimei o que eu observei ainda criança enquanto via e ouvia minha mãe ensinar dezenas de adultos e idosos no terraço de casa, em meio a cansaço, falta de recurso e muita força de vontade de ambos os lados (dela e dos alunos), alicerçada pelos métodos de Paulo Freire.

Escolher como público-alvo a população mais carente é refletir sobre o lugar que ocupo e o meio em que estou inserida. Eu, assim como alguns amigos de curso, cresci e continuo morando na periferia da cidade, rodeada por pessoas que dificilmente contratam um profissional cujo serviço é compreendido como artigo de luxo, voltado a quem tem condições financeiras, que tem como padrão a utilização de materiais sofisticados e decorações requintadas. Esse estigma acaba dificultando a aplicabilidade dos nossos conhecimentos no meio em que vivemos, restringindo nossa atuação técnica, a nossa inserção no mercado e inviabilizando o nosso potencial social de oferecer espaços de qualidade.

Inspirada nessas memórias, as escolhas para o desenvolvimento dessa atividade parte do micro para o macro, das minhas reflexões e vivências enquanto indivíduos, com a imodéstia que elas possam contribuir com a formação de outros alunos, somando a outras experiências e reflexões.

Dessa maneira, espero que o currículo do curso possa abrir-se para mais possibilidades, acrescentar atividades extensionistas de qualidade, com impacto social e na formação dos alunos; que os estudantes ampliem as possibilidades de experimentar a prática profissional com aporte dos professores e com aprendizado efetivo através da troca e do diálogo, reconhecendo suas potencialidades e possibilidades, contribuindo de maneira positiva com a comunidade local.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J., BARROS, Â., MARQUES, I., & MAIA, J. L. (2016). Olhar “di” ver cidade: uma experiência interdisciplinar. Trama interdisciplinar. *São Paulo*, v.7, n.1, pp. 100-111.
- ARIENTI, W. L. (2023). Sobre a Implementação da curricularização da extensão: caracterizações e preocupações. *Extensio UFSC - Revista Eletrônica de Extensão*. v20, n.45, pp. 168-189.
- ASSIS JÚNIOR, J. C. (2014). Exercício da aplicação da coordenação modular no reprojeto das tipologias do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Maceió-AL. *Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, . Maceió.*
- BRASIL. (2008). Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. *Dispõe sobre o estágio de estudantes.*
- BRASIL. (24 de Dezembro de 2008). Lei Nº 11.888.
- BRASIL, M. (2018). Resolução nº7, de 18 de dezembro.
- DALMOLIN, B. M., & VIEIRA, A. H. (29 de 10 de 2015). Curricularização da extensão: Potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. *EDUCERE- XII Congresso Nacional de Educação*, pp. 7185-7201.
- FLORES, L. F., & MELLO, D. T. (2020, vol 16. núm. 01). EXPERIÊNCIA COMO PRÁTICA FORMATIVA: UM ESTUDO NO CONTEXTO DE UM INSTITUTO FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL. *Revista Conexão UEPG*, pp. 01-13.
- GADOTTI, M. (Fevereiro de 2017). Extensão Universitária: para quê? *Prosear*, pp. 1-18.
- GODOY, A. S. (Mai/Jun de 1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *RAE Artigos - Revista de Administração de Empresas*. v.35, n.3, pp. 20-29.
- HINOUE, G. L., SOUZA, E. M., & BRAGA, M. M. (2022). A Extensão Universitária como campo de estágio em Serviço Social no contexto. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*. v.06,n.12, pp. 81-96.
- IFAL. (2013). Regimento Geral.
- IFAL, I. F. (2005). Projeto Pedagógico do Curso Superior em Tecnologia em Design de Interiores.
- IFAL, I. F. (Outubro de 2019). Plano de Desenvolvimento Institucional Ifal 2019-2023.
- IBGE. *Maceió*. (12/10/2023 de Outubro de 2023). Fonte: IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>

MELO, T. S., & LINS, R. B. (2016). PLURIS. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E O ACESSO DOS MAIS POBRES À MORADIA NAS CIDADES BRASILEIRAS. Maceió, Alagoas, Brasil.

SOUTO, M. C., MACEDO, L. S., DINIZ, E. G., VIEIRA, F., & SILVA, C. A. (nov de 2015). Experimenta Design: uma atividade extensionista inovadora. *Revistas Práxis: saberes da extensão v.3 n.4*, pp. 52-63.